



73

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0001914-66.2014.8.17.0000 (0327960-1)

COMARCA:	Gravatá –Vara Criminal
IMPETRANTE:	Djânio Antônio Oliveira Dias
PACIENTE:	Elsimar Feliciano da Silva
PROCURADOR:	Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR:	Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO BIQUALIFICADO. DESNECESSIDADE DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIENTES À OBTENÇÃO DA LIBERDADE. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

I – Não há que se falar em desnecessidade da custódia preventiva, por ausência dos motivos que a justificam, eis que o Togado monocrático alicerçou o Decreto Constritor na garantia da ordem pública, em face da periculosidade concreta do ora Paciente, evidenciada pelos *modus operandi* do delito, tendo em vista que a vítima foi surpreendida pelo ataque de seus algozes, que a convidaram sob falso pretexto a ir ao encontro destes, bem como a propensão do acusado ao envolvimento em atividades ilícitas, visto que responde a outros Processos Criminais por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Ademais, o crime teria ocorrido porque os acusados desejariam ficar com a parte da vítima de 01 (um) Kg de “crack” que os três haviam adquirido por R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

II – Manifesta a necessidade da segregação provisória, a existência eventual de atributos pessoais favoráveis não a elide, assegurando, isoladamente, a liberdade do Paciente. Precedentes do STJ.

III - Em face do mesmo argumento, mostra-se inadmissível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP, segundo dicção do art. 282, § 6º, do mesmo Estatuto Processual.

V – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO



74

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de **0001914-66.2014.8.17.0000 (0327960-1)**, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 28 de maio de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



75

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0001914-66.2014.8.17.0000 (0327960-1)

COMARCA:	Gravatá –Vara Criminal
IMPETRANTE:	Djânio Antônio Oliveira Dias
PACIENTE:	Elsimar Feliciano da Silva
PROCURADOR:	Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR:	Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado pelo Bel. Djânio Antônio Oliveira Dias, em favor de **ELSIMAR FELICIANO DA SILVA**, codinome “Queixo”, qualificado às fls. 11, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Gravatá/PE, nos autos da Ação Penal nº 0002251-19.2013.8.17.0670, a que o Paciente responde, juntamente com outro acusado, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso I e IV (*homicídio biquualificado*) c/c o art. 29, *caput*, (*concurso de pessoas*), ambos do Código Penal.

Em síntese, alega o impetrante (fls. 02/09) que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, eis que o acusado está preso preventivamente desde **03/10/2013** (fls. 48), apesar de ausentes os motivos que autorizam a custódia (CPP – art. 312), mormente em face da existência das condições pessoais favoráveis da residência fixa, trabalho lícito (fls. 23) e primariedade.

Argumenta que o crime de que o Paciente é acusado ocorreu há mais de dois anos, e, durante esse período, o mesmo continuou residindo no distrito da culpa e exerceu atividade lícita. Mesmo assim, foi decretada sua custódia preventiva quase dois anos após a data do fato.

Sustenta, ainda, ter sido ajuizado pleito de revogação da medida extrema na Instância primária, o que foi negado (fls. 25/32).

Por esses motivos, pugna pela concessão da Liberdade Provisória.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 10/32.

Na Decisão Interlocutória de fls. 39/40, indeferi o pleito liminar, ocasião em que solicitei informações à autoridade tida coatora, que as prestou (fls. 48), relatando o trâmite processual, além de ter instruído o expediente com o documento de fls. 49/60.



76

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou Parecer, opinando pela denegação da ordem (fls. 64/69).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como relatado, cuida-se de *Habeas Corpus* impetrado em favor de **ELSIMAR FELICIANO DA SILVA**, mediante o qual se alega a desnecessidade da custódia cautelar, em face da ausência dos motivos que a legitimam, além de estarem assentes condições pessoais favoráveis, pelo que se busca a concessão da Liberdade Provisória.

Razão não assiste ao impetrante.

Em síntese, narra a Denúncia (fls. 11/13) que, na madrugada do dia **22/10/2011**, em via pública, situada na Travessa Santa Verônica, Bairro do Jucá, no município de Gravatá/PE, por volta das 3h, os acusados **EDUARDO LUIZ IKEDA**, vulgo “Zigue-zague” e **ELSIMAR FELICIANO DA SILVA**, codinome “Queixo”, agindo em comunhão de desígnios, por motivo fútil e mediante emboscada, desferiram diversos disparos de arma de fogo, que ceifaram a vida da vítima **Eric Maicon da Silva**.

Consta que o delito ocorreu porque a vítima, juntamente com os acusados, haveria comprado 01 (um) Kg do entorpecente conhecido como “crack” pelo valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para que os três dividissem a droga entre si.

Entretanto, os denunciados, intencionando ficar com a parte da vítima, pediram que esta se dirigisse à casa do ora Paciente, sob o pretexto de levar-lhes lanches e refrigerantes. Ao chegar ao endereço, a vítima foi inesperadamente alvejada com disparos de arma de fogo contra sua cabeça e costas, em via pública, vindo a óbito naquele local.

Da Decisão monocrática impugnada (fls. 17/19), prolatada em **12/09/2013**, em atendimento à representação do Ministério Público, verifica-se que o Magistrado singular pautou a constrição excepcional na **garantia da ordem pública**, argumentando:

“A ideia de garantia da ordem pública não se limita a prevenir a reiteração de fatos criminosos, mas também assegurar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e sua repercussão.



77

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

A medida que ora se decreta tem por escopo evitar que os denunciados voltem a cometer delitos da mesma natureza, porque, em liberdade, encontrariam os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida.

Tal assertiva se mostra verossímil diante da gama de ações penais às quais os acusados respondem nesta Comarca, dentre estas, tráfico de entorpecentes, furto qualificado, posse de arma de fogo, entre outras, tudo a demonstrar a necessidade da medida como forma de inibir a reiteração delituosa.

De outra banda, o *modus operandi* do delito praticado revela a periculosidade concreta dos acusados, uma vez que a empreitada criminosa se consubstanciou em plena via pública e mediante utilização de espingarda calibre 12.

Assim, imperiosa a medida que é decretada com base em um juízo de risco, objetivando acautelar a ordem pública.”

Nota-se que o aludido *Decisum* Constritor restou suficiente e concretamente fundamentado no *modus operandi* do delito, que indica **periculosidade concreta**, eis que a vítima foi surpreendida por seus algozes, ao ser convidada para ir à residência do ora Paciente sob falso pretexto, sendo, então, alvejada por tiros de arma de fogo em plena via pública, o que recomenda seja mantida a privação provisória da liberdade (HC 261.883/RJ, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 22/03/2013).

Ademais, denotou-se a propensão do acusado ao envolvimento em atividade criminosa, visto que este responde aos Processos Criminais nº 0002473-55.2011.8.17.0670 (Posse irregular de arma de fogo, tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico) e nº 0001994-96.2010.8.17.0670 (Posse irregular de arma de fogo), ambos perante a Vara Criminal da Comarca de Gravatá, conforme pesquisa no Judwin de 1º grau, da qual acosto 02 (duas) laudas (HC 291.050/BA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 14/05/2014).

É necessário alertar que o fundamento de periculosidade não apresenta caducidade, ainda que passado algum tempo desde que o homicídio foi perpetrado. No caso concreto presente, apesar do fato ter ocorrido em **22/10/2011**, a Denúncia só foi apresentada em **16/08/2013**, ocasião em que o Ministério Público representou pela decretação da custódia preventiva. Em **12/09/2013**, o Juiz Singular recebeu a Preambular Acusatória, assim como decretou a prisão cautelar, concretamente consubstanciada na garantia da ordem pública.

Na oportunidade em que negou a concessão de Liberdade Provisória (fls. 32), o Juiz Singular reiterou os fundamentos da segregação preventiva, mantendo-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

78

a pelos motivos originais, considerando-os inalterados. Portanto, não se configurou a ausência de fundamentação alegada pelo impetrante.

Impõe-se registrar que, sendo necessário o encarceramento provisório, a existência eventual de **atributos pessoais favoráveis** não o elide, assegurando, isoladamente, a liberdade (HC 260.436/SP, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 27/02/2013; e Súmula 086-TJPE).

Em face do mesmo argumento, mostra-se **incabível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão**, previstas no art. 319, do CPP, segundo dicção do art. 282, § 6º, do mesmo Estatuto Processual¹.

Ante o exposto, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator

¹ CPP, Art. 282. § 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).